



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 04 e 05 de abril de 2023
Local: Microsoft Teams (remota)

1 **Abertura, saudação e informe sobre pauta da 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2023.**
2 A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresenta
3 quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à
4 reunião apresentando a pauta prevista para os trabalhos. **Pauta Proposta:** [04/04/2023]
5 Mesa de abertura e boas-vindas; Apresentação e aprovação de proposta de agenda;
6 Breve apresentação sobre histórico, instâncias e funcionamento do Consea;
7 Apresentação das etapas de preparação da 6ª CNSAN; Atualização das iniciativas e ações
8 do governo em relação ao Pacto contra Fome e outras iniciativas; Apresentação da
9 Resolução sobre Observadores 2023; Orientações sobre as reuniões das Comissões
10 Permanentes e Comissão de Presidentes Estaduais; Solução de dúvidas; Reunião das
11 Comissões Permanentes do Consea e da Comissão de Presidentes de Conselhos
12 Estaduais de SAN; [05/04/2023] Apresentação da síntese das CPs e CPCE; Instalação da
13 Mesa Diretiva (composta por coordenadoras/es de CPs e CPCE); Instalação da Comissão
14 Organizadora da 6ª CNSAN; Aprovação da resolução sobre observadores do Consea;
15 Indicação de 5 conselheiras/conselheiros para representação no Fórum Interconselhos;
16 Orientações quanto à próxima Plenária; Encerramento. **Ponto de Pauta: Mesa de**
17 **Abertura e boas-vindas.** A Presidenta do Consea ponderou sobre a inauguração de
18 reuniões virtuais que serão utilizadas devido à restrição orçamentária, lembrou que
19 foi solicitado reajuste desse orçamento, porém não será suficiente segundo o ritmo e o
20 volume de reuniões necessárias até o final do ano de 2023. A Sra. Elisabetta Recine leu
21 um trecho do livro *Radicalmente Vivos*, uma coletânea de algumas manifestações de
22 Ailton Krenak. A Presidenta recitou parte do capítulo intitulado: “O que nós estamos
23 fazendo aqui”, expressou que seria importante refletir e utilizar a analogia abordada no
24 trecho do livro - que estamos entrando em outro mundo, onde podemos recriar uma
25 nova realidade. Na sequência, a Presidenta informou que a Secretaria-Executiva contará
26 com a Assessora Técnica, Sra. Priscila Bocchi, e com a Assessora Administrativa, Sra.
27 Patrícia Nobre. Destacou que a Secretária-Executiva do Consea, Sra. Marília Leão, e o
28 Coordenador-Geral, Sr. Marcos Lopes, trabalharam intensamente para a realização da
29 Plenária. Citou os participantes do grupo de trabalho que organizaram a Plenária: Sra.
30 Vanessa Schottz, da Comissão Permanente 3 (CP 3), Sra. Inês Rugani Ribeiro de Castro,
31 da Comissão Permanente 2 (CP 2), Sra. Mariana Santarelli, da Comissão Permanente 1
32 (CP 1), Sr. Jean Pierre, da Comissão Permanente dos Conselhos Estaduais (CPCE), Sr.
33 Antônio Ricardo Domingos da Costa (nome social: Dourado Tapeba), da Comissão
34 Permanente 6 (CP 6), Sra. Fernanda Souza de Bairros, da Comissão Permanente 5 (CP 5),
35 e Sra. Daniela Sanches Frozi, da Comissão Permanente 4 (CP 4). **Ponto de Pauta:**
36 **Apresentação e aprovação de proposta de agenda.** A Presidenta do Consea leu a pauta
37 da Plenária com o conteúdo da manhã. Informou que o Ministro da Secretaria-Geral da
38 Presidência da República, Sr. Márcio Macêdo, foi convidado, porém a agenda não
39 possibilitou sua presença na abertura. Reafirmou que no período da manhã seria
40 organizado o trabalho vespertino. Convidou as CPs e a CPCE para identificarem suas
41 representações nas diferentes subcomissões de preparação e reafirmou que
42 necessitariam ter certeza da disponibilidade antes de comprometer-se. Reafirmou que
43 a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) faria uma
44 atualização das iniciativas e ações de Governo em relação ao Pacto Contra a Fome, e
45 também, outras iniciativas, na apresentação compartilhada entre alguns ministérios
46 para que os participantes ficassem a par do que ocorreu desde março até a data da
47 reunião. Lembrou a aprovação da Resolução que regulamenta e indica os parâmetros

48 dos encontros virtuais. Expôs que a carga horária não pode ser menor, pois necessitava
49 definir o básico, criar um ritmo de trabalho, assim como elaborar as propostas e incidir
50 as demandas. A Presidenta do Consea colocou que enviou um arquivo para ser aprovado
51 na reunião do dia seguinte, indicando que a Resolução foi necessária porque a demanda
52 para Observadores do Consea excedeu as expectativas, então dentro do Grupo de
53 Trabalho (GT) de organização fizeram uma análise prévia dos critérios de inclusão que
54 seria apresentada no encerramento do dia 5, com as orientações escolhidas na reunião.
55 Informou que a ideia não seria a de um debate propositivo, mas de um período de
56 esclarecimento. Organizou rapidamente a distribuição das pessoas para as CPs
57 escolhidas, e os presidentes para uma reunião em comum; além de ter informado os
58 horários limites das reuniões e o local. Reafirmou que o conteúdo desta Plenária tratava
59 de instalar a Mesa Diretiva, a Comissão Organizadora da 6ª Conferência, orientar sobre
60 a próxima Plenária e fazer a deliberação sobre a Resolução de observadores do Consea.
61 Questionou a existência de alguma consideração ou ressalva à proposta feita, passou a
62 palavra para a Sra. Tereza Nelma da Silva Porto Viana Soares, convidada do Governo, do
63 Ministério da Pesca e Aquicultura, que indagou a questão dos horários, e a Presidenta
64 Elisabetta Recine indicou que o período da manhã seria até às 12h00, e o período da
65 tarde, utilizado apenas no dia 04 de abril, até às 16h00, podendo terminar antes. Deste
66 modo, a pauta foi aprovada. **Ponto de Pauta: Breve apresentação sobre histórico,**
67 **instâncias e funcionamento do Consea.** A Presidenta do Consea passou a palavra para
68 a Secretária-Executiva do Consea, Sra. Marília Leão. Na sequência, ocorreu uma breve
69 apresentação sobre o histórico, as instâncias e o funcionamento do Consea. A
70 Secretária-Executiva iniciou ponderando que por ser a inauguração de uma nova
71 maneira de fazer a Plenária existiriam imperfeições a serem corrigidas, e fez a
72 observação de que houve uma renovação de mais da metade dos nomes dos
73 representantes das organizações que hoje compõem a sociedade civil do Consea, e que
74 não são as mesmas que estavam presentes em 2018, e que todos participaram dessa
75 pactuação, mas vários nomes foram alterados. A Secretária-Executiva achou importante
76 compartilhar informações estratégicas e úteis para que os conselheiros, tanto da
77 sociedade civil quanto do Governo, possam exercer sua participação e uma atuação bem
78 informada e ativa a partir dos regramentos. Iniciou a explicação do funcionamento do
79 Consea informando que a base legal é robusta, sendo a principal a Emenda
80 Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que garantiu a alimentação como um
81 direito social, e complementou sua fala com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e
82 Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema
83 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), assim como toda a estrutura
84 atual do campo de segurança alimentar e nutricional. Falou sobre o Decreto nº 6.272,
85 de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre o funcionamento do Consea, e informou
86 que, após um estudo jurídico, optou-se por não revogar o Decreto nº 6272, pois
87 considerou-se que ele era atual e importante. Reforçou que a Resolução nº 01, de 25 de
88 março de 2013, que aprovou o Regimento Interno do Consea está válida. Colocou que,
89 em 2023, com o Presidente Lula, o novo governante do país organizou os órgãos dos
90 ministérios e a Presidência da República realocando e reinstalando o Consea como um
91 órgão assessor do Presidente da República, assim como a criação da Secretaria-
92 Executiva e dos cargos do Consea. Informou que o Decreto nº 11.363/2023 criou a
93 Secretaria-Executiva e os seus cargos, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da
94 República. Citou também o Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023, que atualizou

95 a Caisan, tratando-se de um decreto novo, importante e recém aprovado, pois espelha
96 a representação governamental no Consea. Explicou que a Medida Provisória (MP) que
97 organiza o Governo Federal a partir de 1º de janeiro 2023, integra o Consea como um
98 dos órgãos de assessoramento direto ao Presidente da República, e sua Secretaria-
99 Executiva integra a Secretaria-Geral da Presidência da República. Mostrou uma
100 apresentação gráfica tentando representar a governança para terem uma ideia da
101 dimensão das instâncias no âmbito federal, estadual e municipal. Explicou que o Sisan é
102 o sistema que abrange as políticas públicas que estão no campo da soberania e da
103 segurança alimentar, sendo que a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e
104 Nutricional (CNSAN) é considerada a cabeça de chave, um órgão superior que emana as
105 diretrizes para que tanto o Governo, representado pela Caisan (que integra os
106 ministérios setoriais), quanto o Consea se unam para apresentar e preparar a Política e
107 o Plano. O Consea e a Caisan são instâncias que dão concertação entre Sociedade e
108 Governo, assim como Governo com Governo. O Consea é composto por 1/3 (um terço)
109 de representantes governamentais e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade
110 civil, com quórum de 60 conselheiros(as), onde 40 são da sociedade civil e 20 dos
111 ministérios, com seus respectivos suplentes, além de 4 ministérios convidados
112 permanentes. Em relação à divisão de gêneros da sociedade civil, há maioria de
113 mulheres, totalizando 58,75% das vagas. Apresentou que houve a renovação de 55%
114 dos representantes de 2018, mantendo-se as mesmas organizações de outrora. A
115 composição do Governo tem 35% de mulheres e 65% de homens. Em relação aos
116 Conseas estaduais, a Secretária-Executiva informou que os dados não estão disponíveis
117 e, em função disso, em breve o Consea fará uma pesquisa para conhecer os conselheiros
118 e conselheiras estaduais, com autorreferências, e considerando os princípios da Lei
119 Geral de Proteção de Dados (LGDP). Explicou que a composição do Consea Nacional é
120 feita a partir de indicação por meio de critérios e diretrizes aprovados na Conferência,
121 existindo uma Comissão de Transição para zelar, criar e fazer consultas às organizações,
122 e, após, ocorre a preparação da lista para apresentação ao Presidente da República, que
123 aprova e faz um decreto com a nomeação desses conselheiros da sociedade civil que
124 representarão suas respectivas organizações. Comunicou que, caso o conselheiro se
125 retire da organização pertencente por qualquer motivo, este necessita comunicar ao
126 Consea, pois a vaga é da organização, que terá que indicar outro representante.
127 Reforçou que os conselheiros que forem representar o Consea em eventos, necessitam
128 ter em mente que seus pronunciamentos reflitam o posicionamento pactuado pelo
129 Plenário ou por Comissões Permanentes do Consea, e não os posicionamentos
130 individuais ou da própria organização. O uso do nome, do apoio ou da logo do Consea
131 para ser usado em eventos, seminários, cartazes ou convites precisa ser previamente
132 pactuado com a Mesa Diretiva ou Plenário, uma vez que o fato de estar como
133 conselheiro não confere o direito de usar a logo sem comunicar o coletivo,
134 especialmente em casos em que possam existir conflitos de interesse. A Secretária-
135 Executiva se comprometeu a fazer um informativo, provavelmente bimensal, a cada
136 Plenária, de todas as participações e todas as representações que o Consea e os
137 conselheiros fizerem naquele período. O regimento interno também prevê a destituição
138 de conselheiras e conselheiros por prática de ato incompatível à função e ausência
139 motivada e não justificada em três reuniões consecutivas. O Plenário votante atual do
140 Consea tem um quórum de sessenta (60) membros titulares, sendo quarenta (40) da
141 sociedade civil e vinte (20) do Governo. A Reunião Plenária Ordinária é convocada pela

142 Presidência, que pode solicitar ajuda da Mesa Diretiva para organizar e para presidir a
143 mesma. O suplente, assim como o titular, tem direito apenas a voz, e vota quando
144 estiver no exercício da titularidade; os demais participantes do Consea têm direito
145 apenas a voz. Informou que atualmente o foco do trabalho é na reativação e aprovação
146 das Comissões Permanentes que trabalharão nos próximos tempos. Essas comissões
147 devem ter, segundo o regimento, um coordenador e um vice-coordenador, ambos da
148 sociedade civil, bem como um relator, que pode ser escolhido a cada reunião podendo
149 ser tanto representante de governo quanto da sociedade civil. A Mesa Diretiva está
150 prevista no Regimento, com a função principal de apoiar a Presidência no
151 funcionamento do Consea, democratizando e ampliando a participação de mais pessoas
152 no processo de gestão do Consea. Ou seja, composta pelos coordenadores das CPs,
153 então isso faria com que as CPs possam por meio do seu coordenador participar das
154 pautas, do planejamento e das ações estratégicas. A composição da Mesa deve ser
155 realizada pelo Presidente do Consea, pelos coordenadores das comissões, pelo
156 Coordenador da Comissão de Presidentes dos Conselhos Estaduais (CPCE), pelo
157 Secretário-Geral do Consea ou por seu representante, pela Secretaria-Executiva do
158 Consea e pela Secretaria-Executiva da Caisan. O Decreto e o Regimento preveem que a
159 Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais tem o papel de articular a esfera
160 Federal, o Consea Nacional com o Sisan nos Estados, a participação social e os Conseas
161 estaduais. Os objetivos são: contribuir para construção do Sisan, do plano e da política
162 de SAN nos estados, fomentar a articulação entre os conselhos estaduais e um coletivo
163 de debate, de concertação entre a sociedade civil e o Governo, entre os Conseas
164 estaduais, debater temas nacionais e difundidos nos estados e nos debates do Consea
165 Nacional, contribuir com projetos de SAN nos estados e municípios, e trazer ao debate
166 no Consea Nacional os temas que são importantes nos estados e municípios. Sobre a
167 composição e o funcionamento da CPCE: coordenador e dois vice-coordenadores, com
168 indicação pelo coletivo da CPCE, devendo participar em sistema de rotatividade entre
169 as macrorregiões; se o coordenador da CPCE deixar de exercer a sua função de
170 Presidente do Consea Estadual, deve encerrar seu mandato como Coordenador da
171 Comissão e informar o Consea Nacional para manter o fluxo de informações; o mandato
172 previsto de Coordenação da Comissão é de um ano facultada a recondução do
173 Coordenador uma (1) única vez, e tem que ser observada também a renovação da
174 Coordenação de dois terços (2/3) a cada ano, de modo a permitir a participação de todas
175 as macrorregiões a cada cinco (5) anos, sendo então três (3) coordenações na CPCE.
176 Ressaltou sobre disponibilidade orçamentária que a Secretaria-Executiva do Consea
177 busca apoiar alguma dificuldade, e havendo essa disponibilidade também pode
178 contribuir com o deslocamento e a vinda de presidentes estaduais. Quanto aos
179 Informativos do Calendário: acrescentado uma Plenária Extraordinária, a previsão da
180 Conferência seria para 12 a 15 de dezembro de 2023, e seria enviada, após confirmação,
181 por e-mail. Em seguida, ocorreu a apresentação dos integrantes do Consea: Secretária-
182 Executiva Marília Leão, Coordenador-Geral Marcos Lopes, Assessoras Técnicas Priscila
183 Bocchi e Tatiane Nunes (Gestora Governamental do Ministério da Saúde), Assessora
184 Administrativa Patrícia Nobre (Servidora da Caixa Econômica Federal), e Assessora
185 Administrativa July Ayalla. **Ponto de Pauta: Apresentação das etapas de preparação da**
186 **6ª CNSAN.** Em seguida, ocorreu a apresentação das etapas da preparação da 6ª CNSAN.
187 O Coordenador-Geral do Consea, Sr. Marcos Lopes, retomou a pauta informando que
188 houve a Convocatória para 6ª Conferência Nacional, aprovada pela 1ª Plenária Ordinária

189 do Consea, no dia 02/03/2023; e, uma vez aprovada pelo Plenário do Consea, ela segue
190 por meio de uma Exposição de Motivos para a Presidência da República, para que a
191 partir dali, seja de fato deflagrado o processo de organização. Registra-se o
192 encaminhamento à Presidência da República, com a convocação para os dias 12 a 15 de
193 dezembro de 2023, em Brasília/DF, e o cronograma preliminar da 6ª Conferência prevê,
194 entre outras etapas, a realização de Conferências municipais, territoriais, livres,
195 encontros temáticos e atividades autogestionadas, no período entre abril à julho de
196 2023; e, a realização de etapas estaduais: de julho à outubro de 2023, e a sistematização
197 de todas as Conferências no mês de novembro, com realização da etapa Nacional em
198 dezembro de 2023, com possibilidade de revisão e reajuste. Sendo a sugestão da
199 Plenária após as indicações das comissões permanentes durante a tarde. Quanto à
200 composição da Comissão Organizadora, segue-se: Comissão Executiva por uma
201 *Subcomissão de Metodologia e Conteúdo*, essa Subcomissão com seis (06) conselheiros
202 e conselheiras, titulares e suplentes indicados pela sociedade civil, sendo um
203 conselheiro e conselheira indicados por titular, e uma suplente, indicada por cada uma
204 das comissões permanentes, dois conselheiros e conselheiras do Governo que não vêm
205 indicados pela CP, mas sim pela Caisan. Além desta Subcomissão ser responsável por
206 propor para a Comissão Organizadora e para o Plenário do Consea a metodologia, os
207 documentos de trabalhos, documentos-base e os insumos e subsídios para o material
208 de comunicação; *Subcomissão de Comunicação*, o processo de composição similar ao da
209 anterior, onde cada CP indica um titular e um suplente totalizando seis (06) conselheiros
210 e conselheiras civis, e a Caisan indica dois (02) conselheiros e conselheiras do Governo;
211 esta subcomissão, seria responsável por gestão das sedes, produção dos materiais de
212 comunicação, apoio da assessoria de imprensa, mobilização dos estados, municípios,
213 grupos temáticos, segmentos populacionais, para organizarem atividades
214 autogestionadas, Conferências livres - lembrou que no debate da 1ª Plenária surgiu a
215 necessidade de inovar esta última responsabilidade, a de mobilização; *Subcomissão de*
216 *Infraestrutura e Captação de Recursos*, o processo de composição segue o mesmo das
217 outras subcomissões, sendo esta responsável por pensar toda a infraestrutura, locação
218 de espaço, gestão dos contratos, licitação do contrato e captação de recursos. Ressalta-
219 se que foi mencionado pelo Ministro Márcio Macêdo, e também pela Secretária-
220 Executiva Marília Leão na 1ª Plenária, no debate sobre a 6ª Conferência, de que ainda
221 não havia previsão orçamentária para a organização da Conferência neste ano, existindo
222 mais limitações, como: o aspecto fiscal e a pressão orçamentária, reforçou a importância
223 de recurso complementar ao orçamento, enfatizou, também, a fala da Presidenta
224 Elisabetta Recine, quando disse que ao se dispor para participar da comissão
225 organizadora, é muito importante que conselheiros e conselheiras tenham em mente as
226 próprias habilidades, afinidade temática, mas sobre tudo a disponibilidade de tempo. A
227 Comissão Organizadora deve propor objetivos gerais e específicos, os eixos centrais da
228 6ª Conferência, propor o tema e o lema da referida Conferência, propor um
229 regulamento, regimento interno, elaborar informes periódicos para a Mesa Diretiva,
230 para a Plenária, para a Caisan, para os estados e para os municípios. Relatou que há
231 necessidade de obtenção de informações relativas à Caisan, aos estados e municípios.
232 Passou, então, a palavra para a Presidenta Elisabetta Recine, que lembrou os motivos
233 da instalação de uma Comissão Organizadora, devido ao tempo curto e aos anos
234 passados quando não foram realizadas as Conferências, comentou sobre o orçamento,
235 a equipe reduzida e outras questões, porque entende que essa conjuntura deveria ser

236 colocada na mesa para a tomada de decisões, ou propostas para serem encaminhadas
237 à Plenária que vão viabilizar o processo de uma realidade que está dada. **Ponto de**
238 **Pauta: Atualização das iniciativas e ações do governo em relação ao Pacto contra Fome**
239 **e outras iniciativas.** A Presidenta do Consea passou a palavra à Secretária Extraordinária
240 de Combate à Pobreza e à Fome (SECF), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
241 Social, Família e Combate à Fome (MDS), Sra. Valéria Torres Amaral Burity, que discorreu
242 sobre o Sisan e atualizações sobre a Caisan, assim como o diálogo junto aos estados. Em
243 seguida, continuou a atualização das iniciativas e ações do Governo em relação ao Pacto
244 contra a Fome e outras iniciativas, destacando a importância das próximas falas da
245 Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Sra. Lilian dos
246 Santos Rahal, e da Sra. Solange Fernandes de Freitas Castro, Coordenadora-Geral do
247 Programa Nacional de Alimentação Escolar, Fundo Nacional de Desenvolvimento da
248 Educacional no Ministério da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC). A Sra.
249 Valéria Burity destacou a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do
250 reajuste do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com 24 ministérios,
251 ressaltou a presença do Ministério do Planejamento, Ministério da Igualdade Racial
252 (MIR), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério
253 da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate
254 à Fome (MDS), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de
255 Relações Exteriores (MRE), Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), Ministério das
256 Cidades e FNDE. Explicou acerca das atribuições que foram dadas pelo decreto do MDS
257 de cuidar da gestão do Sisan e do monitoramento da política de segurança alimentar e
258 da situação de segurança alimentar e nutricional. Disse que dentro do Sisan vem sendo
259 pautado o que se pretende, desafios, proposições, marcos legais para retomada da
260 estrutura original da Losan, restituição do Consea, a convocação da 6ª Conferência,
261 reinstalação da Caisan, e que ocorreram duas reuniões, incluindo a presença de
262 representantes de aproximadamente dezoito ministérios e do Consea. Foram criados
263 cinco grupos de trabalho: grupo internacional liderado pelo MRE; foi proposto pelo
264 Ministério da Saúde, um grupo para discutir essa questão de segurança alimentar em
265 situações de calamidades e emergências; um grupo de compras públicas com a
266 coordenação do MDS para fortalecimento de compras públicas; um grupo liderado pela
267 Sisan sobre segurança alimentar nutricional em ambientes urbanos; um grupo para
268 discutir conflitos de interesses, no campo de segurança alimentar e nutricional. Além
269 disso, foi recriado no campo de relação e pacto federativo, onde estabeleceu uma
270 metodologia de diálogos virtuais, e levantamento sobre a situação desses anos. Apontou
271 que o MDA se colocou à disposição para em uma próxima Plenária apresentar o que
272 vem sendo discutido sobre a retomada do Plano Safra, retomada da política nacional de
273 agroecologia do Estado e, também, sobre a proposta de refeições, para entender como
274 vem ocorrendo nos estados. A Secretaria-Extraordinária faz parte de participação do
275 controle social, além dos diálogos sociais, e vem retomando, também, ações de
276 formação e capacitação no âmbito do Sisan. Então, para os dias 13 e 14 de abril de 2023,
277 tem-se a proposta de consolidar esse documento, passar por uma discussão com as
278 instâncias superiores do governo e depois submeter à aprovação do pleno ministerial
279 da Caisan. Comentou sobre o Acordo de Cooperação com o MIR para garantir que as
280 ações do Ministério coloquem como público prioritário a população negra,
281 especialmente mulheres negras, também direcionado para a grande maioria das
282 Secretarias do MDS que fizeram propostas para um plano de trabalho para conseguir

283 atingir esse objetivo. E, ainda, tem-se um Acordo com a Corregedoria Nacional de Justiça
284 para recursos oriundos de multas para apoiar iniciativas de combate à fome, e que no
285 campo do monitoramento, tem dialogado com o Instituto Brasileiro de Geografia e
286 Estatística (IBGE) para a retomada da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia).
287 Retomada do Mapa em SAN visto que esse instrumento acompanha a situação de déficit
288 nutricional de crianças de zero a cinco anos acompanhados pelo Bolsa Família.
289 Elaboração de um novo Mapa SAN que traga informações sobre equipamentos,
290 políticas, instância de governança e participação do Sisan. Falou sobre retomadas,
291 começando pelas ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
292 (BNDES) do Bolsa Família, informou valores atualizados, regras de proteção. Também
293 sobre o Orçamento de 2023 para repactuação da assistência social. Comentou sobre o
294 repasse de recurso para atualização do Cadastro Único, para o fortalecimento
295 emergencial do atendimento, reajuste real do salário mínimo. Falou sobre o Programa
296 Aquilomba Brasil que representa uma ampliação do Brasil Quilombola, e de eixos
297 temáticos como: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e
298 desenvolvimento local e direitos da cidadania, grupos de trabalho para propor ações
299 afirmativas, Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), do Ministério da Igualdade
300 Racial, e também, políticas importantes como Plano Juventude Negra Viva (PJV),
301 entrega de títulos de propriedades definitivas de quilombolas, 30% de cargos
302 comissionados para negros e indígenas. Anúncio do Lula, atual Presidente do Brasil, de
303 crédito extraordinário incluso o recurso para o Instituto Chico Mendes de Conservação
304 da Biodiversidade (ICMBio), mais recursos para a Fundação Nacional dos Povos
305 Indígenas (Funai) para garantir acesso às Terras Indígenas e para a promoção e proteção
306 de direitos dos povos indígenas. A Sra. Valéria Burity sugeriu uma organização para que
307 outros ministérios na próxima Plenária também apresentem suas atualizações. Passou
308 a palavra para a Sra. Elisabetta Recine, que deixou o momento de pronunciamento
309 aberto para que os representantes do Governo pudessem fazer anúncios ou
310 atualizações rapidamente. Depois, passou a palavra para Solange Freitas, representante
311 do FNDE/MEC, que agradeceu retornar à Plenária do Consea, comentou a importância
312 de discussão das políticas de gestão no Brasil, sobretudo para falar do aumento do *per*
313 *capita* depois de seis anos sem reajuste. Falou sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA),
314 destacando que a primeira decisão tomada foi o uso do Índice Nacional de Preço ao
315 Consumidor Amplo (IPCA), para aplicar esse reajuste. A primeira opção foi um aumento
316 linear pelo IPCA, para todas as modalidades trazendo o acumulado entre fevereiro de
317 2017 e janeiro de 2023; os estados, o Distrito Federal e os municípios receberam a
318 segunda parcela paga no mês de março de 2023. O índice variou entre 28-39% da
319 definição do reajuste e foi distribuído de forma a beneficiar o maior número possível de
320 estudantes e que o maior número possível recebesse um aumento mais significativo.
321 Então, focou-se no ensino fundamental e médio, que concentram mais da metade dos
322 alunos de toda a educação básica, para que recebessem um aumento real nos valores,
323 acima do IPCA acumulado, que deu 39%, passando de 36 centavos para 50 centavos. Na
324 sequência dessa redistribuição, buscou-se priorizar os alunos matriculados em escolas
325 localizadas em Terras Indígenas, e em áreas remanescentes de quilombos, os
326 matriculados na pré-escola, os estudantes indígenas e os remanescentes de Quilombo;
327 priorizada em razão da insegurança alimentar histórica e também por terem sido
328 afetados pela ausência das políticas públicas especialmente nos últimos quatro anos. E,
329 com relação à pré-escola, tentou-se aproximar o valor que estava acima dos estudantes

330 de creche, até três anos de idade, e também por ser uma fase importante da vida da
331 criança em que são formados os hábitos alimentares saudáveis, tendo o cuidado,
332 igualmente, de atender a agenda transversal e multissetorial da primeira infância. Nesse
333 sentido, o objetivo foi recompor integralmente a inflação acumulada a partir de 2017, e
334 conceder para essas três modalidades um reajuste de 35%, e os valores depois
335 destinados a atendimentos de creche, educação de jovens e adultos, bem como o
336 atendimento educacional especializado e os participantes do programa de fomento ao
337 ensino médio, o MTI, comentado o ajuste de 28%. Utilizou-se o IPCA excluindo os picos
338 inflacionários e deflacionários do período. Buscou-se atender mais de 50% dos
339 estudantes com aumento real. O desafio é garantir esse orçamento para 2024, e
340 trabalhar em uma proposta a partir de agora com aumentos sistemáticos, apoiado em
341 algum indexador automático, além de dialogar com o Ministério da Economia, com o
342 Legislativo, e tendo esse olhar onde os valores também reflitam um caráter mais
343 redistributivo do Pilar, tentar instituir algum grupo técnico específico para ter esse olhar
344 mais cuidadoso com relação ao caráter redistributivo. Destacou prioridades no FNDE
345 aos povos indígenas e aos povos e comunidades tradicionais; em razão disso, farão um
346 monitoramento em oito estados com indígenas e quilombolas. Irão propor um Acordo
347 de Cooperação Técnica com a Funai e com o Ministério dos Povos Indígenas para
348 educação indígena, uma ação contra o tabaco (ACT), com um olhar mais amplo, com
349 infraestrutura de escola, livro didático, transporte escolar, dinheiro direto da escola para
350 além da alimentação escolar. Informou que serão realizadas várias oficinas indígenas ao
351 longo do ano, iniciando na Região Norte, provavelmente no mês de junho, com produtos
352 específicos e padronizados para todos os colaboradores que atuam com áreas indígenas
353 e comunidades tradicionais para trabalhos mais sistemáticos e assertivos com esses
354 povos, e também assinar, nos próximos dias, a portaria de reinstalação do comitê gestor
355 e do grupo construtivo. Anunciou que podem ser feitas indicações, com prazo até sexta-
356 feira para convidados. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu à Sra. Solange Castro e passou
357 a palavra para a Sra. Carmen Helena Ferreira Foro, Secretária Nacional de Articulação
358 Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, titular do Conselho pelo
359 Ministério das Mulheres. A Sra. Carmen Foro declarou a importância do Consea para o
360 Brasil, lembrou que a primeira reunião foi conturbada, por isso teve dificuldade de
361 participar. Reiterou que gostaria de um maior envolvimento da equipe no debate,
362 argumentando que as mulheres são as que mais sofrem insegurança alimentar, ainda
363 mais quando são negras. Demonstrou grande alegria e contentamento com o retorno
364 do Consea e da Caisan. Finalizou informando que indicará para a Presidenta postos-
365 chaves que precisam estar acompanhando. A Presidenta agradeceu o discurso da Sra.
366 Carmen Foro e informou que deve haver compreensão quanto aos desafios, com os
367 retornos e as possibilidades. Declarou que, além do Ministério das Mulheres, viu que
368 outros ministérios têm apresentado inúmeros desafios para recompor suas equipes,
369 como também para atender tantas demandas. Reforçou que o momento não era o ideal,
370 porém existia a necessidade urgente de começar, de organizar e aprimorar a
371 composição dos diferentes grupos, de definir as estratégias em um espaço e que se
372 tornava necessário estar aberto para um processo de aprimoramento e de compreensão
373 de decisões nesse momento; e, ainda, que estas sejam adequadas e possíveis para o
374 período. Reafirmou a importância do Ministério das Mulheres tendo em vista as
375 desigualdades de gênero. Passou a palavra para a Sra. Patrícia Chaves Gentil fazer os
376 informes da Sesan. A Sra. Patrícia Gentil iniciou comentando que a Sra. Lílian dos Santos

377 Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), assevera
378 expectativa e perspectiva muito forte em relação ao PAA; pois trata-se de responder as
379 principais demandas que estão acontecendo ao nível local fazendo mais uma conexão e
380 uma integração, sobretudo com as cozinhas solidárias, um compromisso com essa
381 agenda. Foram realizadas duas reuniões que o Consea participou: a primeira, ouvindo
382 os estados e os municípios no conjunto de estratégias e programas de oferta das
383 refeições, que mostrou uma diversidade de estratégias e expectativas de apoio do
384 Governo Federal. Disse que a Sesan se encontra muito compromissada com essa agenda
385 de retomada do PAA, e também, com que ele dialogue e apoie os estados e os
386 municípios, além das cozinhas solidárias que estão tendo um papel importante na
387 questão da oferta de refeições para as famílias em maior vulnerabilidade, da cisterna.
388 Informou que conseguiram publicar o edital de justificativa para celebrar um
389 instrumento com o Consórcio Nordeste, e também, buscando algumas tratativas com o
390 Fundo Amazônia em parceria com o Memorial Chico Mendes, para pensar no contrato
391 Sanear, que é o bioma específico da Amazônia. Existe a expectativa de construção do GT
392 de SAN na Caisan, nessa perspectiva de construir uma estratégia de segurança alimentar
393 e nutricional nas cidades e grandes centros urbanos entendendo que grande parte da
394 população que está passando fome se encontra nas grandes cidades. Então, colocou que
395 há uma expectativa de fazer discussão organizada sobre esse tema, e também convidou
396 o Consea para entrar nesse processo com eles. Dispôs que é necessário discutir vários
397 temas entre a agricultura urbana, equipamentos públicos, integração dos protocolos de
398 atenção do SUS, Sisan, integração em nível local junto com Caisan, e contando com a
399 participação do Consea. A Sra. Patrícia Gentil passou a palavra para a Presidenta
400 Elisabetta Recine, que por sua vez passou a palavra para o Sérgio Delduque Nogueira
401 Nobre, representante do Ministério das Cidades, da Gerência de projetos específicos da
402 Secretaria-Executiva do Ministério. Comentou sobre a instituição do Programa Pró-
403 Catador pelo Decreto nº 114.14 do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que
404 recentemente foi feito com a colaboração de vários ministérios como o MMA e o MDS,
405 que estiveram juntos nesse GT e reafirmou-se que o Programa Pró-Catador tem e terá
406 grande relevância dentro do Ministério das Cidades, e conversa com a proposta do
407 Consea. Após agradecimentos, passou novamente a palavra para a Presidenta do
408 Consea. A Sra. Elisabetta Recine informou que o Consea está se organizando para
409 conseguir, periodicamente, um informe para os Conselhos estaduais e para o conjunto
410 de conselheiros e conselheiras da sociedade civil, e também do Governo, onde
411 minimamente possa comunicar sobre o que está acontecendo nas participações. Ao
412 final, passou a palavra para a Sra. Kathyana Buonafina, Secretária-Adjunta de Gestão e
413 Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, suplente da
414 Ministra Esther Dweck, na Caisan. A Sra. Kathyana Buonafina comentou sobre um novo
415 olhar da gestão, onde pode fazer gestão e política pública. Relembrou que a Caisan
416 esteve junto no programa Pró-catador, auxiliando a Sra. Lilian Rahal e o MDS, onde
417 fizeram juntos a Medida Provisória e o Decreto. Informou que o PAA conversou com o
418 MDA para fazer um acordo de cooperação de maneira a trazer instrumentos para que
419 consigam juntar MEC e Defesa com o MDA; e a gestão ajude a encontrar fornecedores
420 da agricultura familiar. Informou sobre a busca para conseguir credenciar fornecedores
421 voltados ao PAA, propagando para estados e municípios, provavelmente assinando um
422 acordo de cooperação para tentar montar um programa nessa vertente. Apontou que
423 houve a ideia de melhorar o processo para entregar mais na ponta, para facilitar e

424 aperfeiçoar, e que a Ministra quer trazer todos os recortes, trazer a visão de que
425 desenvolvimento e compra pública podem ser configurados como grande instrumento
426 indutor de um desenvolvimento econômico e social. Reafirmou a prioridade do atual
427 Presidente da República, que disse que “não pode ter fome nesse país”. Passou a palavra
428 para a Sra. Elisabetta Recine. A Presidenta agradeceu a participação e o alerta, pois em
429 termos de sociedade civil é muito importante que tenham a oportunidade de conhecer
430 esses processos internos para realmente contribuir para identificar os limites da
431 implementação das políticas para que tenham essa participação ativa dentro do
432 Conselho para contribuir com a identificação dos caminhos possíveis; e os caminhos que
433 precisam ser superados também, dentro do fazer política pública. Passou a palavra para
434 a Sra. Patrícia Chaves Gentil, Diretora de Departamento de Promoção da Alimentação
435 Adequada e Saudável do MDS. A Sra. Patrícia Gentil informou que o MEC, o FNDE e o
436 MDS, conjuntamente, assinariam, no mesmo dia da Plenária, um acordo de cooperação
437 voltado para o fortalecimento e a implementação de ações conjuntas para a promoção
438 da alimentação saudável no ambiente escolar com foco prioritário no PNAE, mas não
439 somente o PNAE, havendo uma perspectiva de inclusão e de diretrizes voltadas para as
440 escolas públicas e privadas. Então, além de um conjunto de atividades, de ações de
441 diferentes ministérios, estarão incorporados tanto no apoio da oferta de produtos da
442 agricultura familiar quanto em um conjunto de outras estratégias. A Presidenta
443 Elisabetta Recine retomou a palavra para alguns comentários e depois abriu para o
444 debate. Anunciou que, devido ao curto tempo, apenas três ou quatro falas seriam
445 possíveis. A Presidenta perguntou para a Sra. Valéria Burity sobre a oficina que estava
446 prevista para a semana seguinte, com o objetivo de consolidar as propostas que vão
447 configurar o Brasil Sem Fome, pois estava interessada em saber como estava prevista a
448 participação do Consea nesse evento. O Sr. Julian Pérez Cassarino, do Fórum Brasileiro
449 de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), demonstrou preocupação
450 sobre a articulação do Consea com os ministérios, e a volta ou ampliação dos programas
451 e ações como PAA, PNAE, programa de estímulo à produção de alimentos saudáveis,
452 ações em torno da alimentação saudável, Plano Safra, e Plano e Política Nacional de
453 Agroecologia sendo repensada. Desabafou que a sensação que se tem, às vezes, é que
454 cada ministério está lançando e propondo ações e que precisam ver como podem
455 intervir nessas ações, no sentido de participar do processo de construção e de colaborar
456 nesse processo. O Sr. Edgard Moura, da Agentes de Pastoral Negros (APN), ressaltou que
457 tem a mesma preocupação que o Sr. Julian Pérez Cassarino, e sugeriu resgatar os GTs
458 que tinham dentro de várias ações que envolviam os ministérios. Lembrou que existia
459 GT no FNDE para discutir alimentação escolar, com representantes da CP5 e da CP6,
460 para apropriação desses programas e, ao mesmo tempo, para trazer contribuição
461 usando o papel do Conselho consultivo. A Sra. Mariana Santarelli, da FIAN Brasil, assim
462 como o Sr. Julian Cassarino e o Sr. Edgar Moura, comentou que não compreende a
463 participação do Consea nesses espaços com relação à institucionalidade e que acredita
464 que alguns ministérios de forma intersetorial estão reconstituindo as comissões
465 gestoras dos programas, como no caso do PAA e do PNAE, e assim reorganizando o
466 grupo consultivo formalmente, com algumas das organizações do Consea sendo
467 convidadas. Apontou que está preocupada com a participação do Consea nos próximos
468 momentos de regulamentação da Caisan, especialmente com os programas que estão
469 sendo pensados por parte do MDA; falou que havia uma prática no passado do Plano
470 Safra, devendo ser apresentado para o Consea em uma Plenária, dentro do tempo

471 possível, para se fazer recomendações reais. Adicionou que gostaria de saber se poderia
472 ser possível neste ano, considerando o tempo das coisas, como uma demanda especial
473 ao MDA para organizar essa participação do Consea em relação as suas políticas e
474 programas. Sobre o regimento interno do Consea, sugeriu que ocorra uma explicação
475 para entendimento comum sobre metodologias de incidência que se tem, através dos
476 instrumentos de exposição de motivos e recomendações, para uma compreensão
477 melhor de como o Consea se expressa, como ocorre nas CPs, o tempo e a metodologia
478 de aprovação pela Plenária do Consea. A Sra. Patrícia Goés de Oliveira, do Conselho
479 Brasileiro de Produção Orgânica e Sustentável (Orgânicos Brasil) lembrou que o tema
480 que leva aos debates é sobre alimentos orgânicos, e recordou o tema que a Sra. Valéria
481 falou nesta Plenária sobre as compras públicas. Iniciou a fala citando os agricultores
482 familiares, quilombolas e MST, e disse que gostaria de propor que o próximo passo para
483 a compra pública fosse direcionado para agricultores orgânicos certificados. Lembrou
484 que o orgânico certificado já tem toda uma fiscalização quanto à mão de obra, então
485 não há risco de mão de obra escrava. Sugeriu retirar os convencionais e que somente se
486 pudesse entregar esse depois, visto que isso faria com que muitos outros agricultores
487 buscassem ter suas próprias certificações orgânicas, resolvendo, assim, o problema
488 relativo ao meio ambiente. Então, sugeriu deixar isso em uma pauta, para poder virar
489 uma política pública para entrega de compra pública, certificado de orgânico em terceira
490 instância. O Sr. Antônio Adevaldo Dias da Costa, representante do Memorial Chico
491 Mendes, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, iniciou dizendo que, em
492 relação ao Amazonas, questionou a execução dos planos e estratégias, com perguntas:
493 “em algum lugar isso já começou a funcionar?” e “Começou a rodar?”. Falou em relação
494 aos espaços estaduais do Amazonas, inclusive na Secretaria de Educação, defendendo
495 que deve haver ações do FNDE e de poderes “mais fortes” de fiscalização do Programa
496 para Agricultores Familiares. Disse que os extrativistas e os produtores orgânicos irão
497 continuar sem fornecer produto para esse Programa, dando continuidade a esse
498 programa as grandes empresas que financiam as campanhas dos prefeitos e dos
499 governadores. A Sra. Valéria Burity comentou sobre o PAA, lembrou que a Sra. Lilian
500 informou a intenção de retomar a formação de estoque, já previsto no decreto, mas isso
501 depende da nova resolução do grupo gestor. Indicou que o grupo gestor do PAA vai ser
502 formado por MDS, MDA, Conab e Fazenda, no entanto terá um comitê assessor com dez
503 órgãos e dez representantes da sociedade civil, e o Consea também indicará, fora outros
504 conselhos como Condraf e CNAPO. Comentou sobre nomear as equipes, restituir o
505 normativo, retomar esses processos. Informou que a Caisan deliberou a participação
506 dessa formação na última reunião, e disse que haverá a reunião de cada GT para
507 desenhar o GT, a agenda, os produtos e tem convidado o Consea, não garantindo a
508 participação presencial. Respondeu a Sra. Regina dizendo que o AQuilomba Brasil está
509 no MIR, tendo diversas ações para a população negra, povos e comunidades
510 tradicionais. A parte de crianças, viu-se essa deficiência na última Plenária do Consea, e
511 o que tem de fato mais evidente é o Programa Bolsa Família, o benefício para a primeira
512 infância, mas levantarão com os outros ministérios aquelas que se voltam mais para a
513 criança e prever que esse benefício varie para a primeira infância, e também para
514 adolescentes. Informou que o MDA estava disponível para vir falar que, neste momento,
515 está ainda desenhando o Plano Safra e outros programas. Comentou que falou com a
516 Sra. Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do MDA, e que ela está à disposição ir a
517 uma próxima Plenária apresentar todos os programas que o MDA está reorganizando.

518 A Secretária Valéria Burity respondeu ao Conselheiro Irio Conti que não tinham recursos
519 para o Sisan nos estados, informou que queriam, primeiro, retomar os convênios que já
520 existiam, pois muitos estados não estavam com boa execução desses convênios,
521 estavam retomando esses diálogos para se organizar a partir dessa escuta, para
522 entender as necessidades – porém, com um grande desafio de financiamento, fazendo
523 rodas de conversa. Estavam pleiteando ter orçamento para conseguir de fato apoiar o
524 Sisan nos territórios. Informou que a Caisan estava se reorganizando, com nomeações
525 inconclusivas, então, após esse resultado seriam feitos os GTs para as conferências e as
526 comissões, além do Pacto da oficina que precisava de uma mobilização estadual. A
527 Presidenta solicitou para as diferentes CPs e a CPCE que indicassem representação para
528 o grupo de trabalho de acompanhamento de incidência no Brasil Sem Fome, nas
529 reuniões que estavam acontecendo em Brasília. Falou que não havia possibilidade de
530 participação virtual ou da vinda de outros conselheiros naquele momento em que se
531 estabeleciam os GTs, e que as informações deveriam ser repassadas para dentro do GT,
532 e assim, seria possível participar. O ponto de pauta da apresentação do roteiro da
533 reunião das comissões permanentes ficou para o início da tarde, após o almoço. O
534 arquivo desse roteiro das CPs foi enviado por e-mail para os conselheiros e,
535 provavelmente, para os presidentes estaduais porque não tiveram acesso à pauta
536 detalhada da reunião da CPCE. Assim, a Presidenta sugeriu para os participantes a
537 leitura, no horário do intervalo do almoço. Reafirmou o comentário da Conselheira
538 Mariana Santarelli sobre a apresentação da Secretária-Executiva Marília Leão onde
539 poderiam ter estado os instrumentos de pronunciamento que o Consea possui; no
540 entanto, a Secretária fez essa complementação no *chat* da reunião. A Sra. Elisabetta
541 Recine leu a explicação, com basicamente os seguintes instrumentos: as resoluções
542 como um instrumento interno de organização das ações do Consea, sendo os
543 instrumentos externos oficiais as exposições de motivos e as recomendações, e, ainda,
544 outro instrumento, por exemplo, são os relatórios de estudos; tanto as resoluções
545 quanto as exposições de motivo nascem do trabalho das comissões permanentes ou dos
546 grupos de trabalho. Por isso, ressaltou a Presidenta que se torna importante começar a
547 funcionar nessa dinâmica para evitar que uma recomendação caia na Plenária sem ter
548 tido uma discussão anterior na comissão permanente ou no grupo de trabalho onde o
549 tema tem significado. O mesmo vale para as exposições de motivos antes de irem para
550 deliberação final da Plenária, complementou a Sra. Elisabetta Recine, lembrando que as
551 exposições de motivos seguem para a Presidência da República, e as recomendações,
552 para os diferentes ministérios, e dependendo, também, para o próprio Presidente. Logo,
553 tanto a questão da qualidade quanto da problematização são essenciais, devendo ser
554 encaminhados documentos que tenham uma consistência interna e que sejam
555 validados, destacou a Presidenta do Consea. A Sra. Marília Leão complementou a fala
556 da Sra. Elisabetta Recine informando que houve muitas mudanças na legislação devido
557 à burocracia nos últimos anos, inclusive mudanças que prejudicam o processo da
558 transparência e dificultam a proposição de novos documentos; de tal modo é relevante
559 o diálogo. Então, disse que o Consea estava tendo o cuidado de solicitar pareceres de
560 todas as questões quando se fazia necessário. Colocou que uma mudança ou uma
561 legislação que muda pode alterar a forma de envio de documentos para o Presidente da
562 República, aparentemente somente o Ministro pode assinar uma exposição de motivos,
563 mas isso, ressaltou a Secretária-Executiva, ainda não estava totalmente esclarecido para
564 os Conselhos. Então, informou que estava sendo preparado um pedido de parecer e

565 orientação para a CONJUR (Consultoria Jurídica) para ter certeza do encaminhamento
566 dos documentos do Consea. Contudo, prosseguiu a Secretária-Executiva, por enquanto
567 considera-se valendo os três documentos: resoluções, recomendações e exposição de
568 motivos. **Ponto de Pauta: Apresentação da Resolução sobre Observadores 2023.**
569 Seguiu-se a apresentação da Resolução sobre Observadores 2023. A Presidenta trouxe
570 sugestões de alterações ou acréscimos que foram aceitos até às 20h00 do mesmo dia
571 da Plenária, para garantir a legalidade, a legitimidade dos pronunciamentos e das
572 definições. Anteriormente, foi discutido no GT de organização dessa Plenária e chegou-
573 se a uma proposta que parecia viabilizar de uma maneira transparente e representativa
574 o Grupo de Observadores do Consea; segundo o regimento, o conjunto de observadores
575 até 2018 era definido da seguinte forma: organismos das Nações Unidas, outros
576 Conselhos, organizações de caráter nacional que não estavam representados no Consea,
577 - configurado no coletivo de observadores -, onde a participação seria para assistir,
578 ressaltando que para ter fala não tem nenhuma incidência no sentido do processo
579 deliberativo do Conselho, e a participação ocorre de forma irregular, isto é, participavam
580 à medida que determinada pauta da Plenária era interessante para eles. Alguns eram
581 mais regulares, outros menos, chegaram a mais de 100 sugestões vindas de Conselhos,
582 organizações, etc. Colocou que a ideia de que os observadores tenham representação
583 de caráter nacional, são setores que não estão representados no Consea, que não
584 tenham nenhum conflito de interesse com a essência da Lei Orgânica de Segurança
585 Alimentar e Nutricional, com os princípios do direito humano, e que não tenham
586 conflitos de interesse no sentido de contribuir para violações de qualquer ordem ao
587 direito humano em geral, e ao direito à alimentação em particular. Para aquelas
588 organizações que o Consea recebeu sugestões, ou que elas diretamente entraram em
589 contato manifestando interesse de se tornarem observadores, o Consea mandaria uma
590 comunicação informando que iria abrir um período de inscrição para os interessados.
591 Com a lista disponível, a Mesa Diretiva homologaria as inscrições para verificar a
592 conformidade de critérios que a resolução estabelece e, a partir disso, seria apresentado
593 para a Plenária dentro daquele conjunto de inscrições homologadas para que possam
594 escolher três. Então, seguiu Marília Leão, cada conselheiro titular ou suplente em
595 exercício de titularidade faria a escolha de três organizações daquele conjunto; e, dentre
596 as sessenta organizações que mais tiverem indicações, seriam escolhidas as convidadas
597 para a categoria de observadoras do Consea pelo período de um ano. Completado o
598 período de um ano, a manifestação de interesse precisaria ser renovada e confirmada
599 pela Plenária. Para toda inscrição para a categoria de observadores, seria necessário que
600 o representante legal (o representante máximo daquela organização) assinasse uma
601 declaração de não haver conflito de interesses. Isso seria importante para assegurar que
602 nenhuma atividade prática ou anúncio dessa organização feriria os princípios de defesa
603 do Direito Humano à Alimentação Adequada e da alimentação como bem público.
604 Insistiu, Marília Leão, que todos os conselheiros e conselheiras deveriam ler para indicar
605 se tivessem alguma observação, e que enviassem para o e-mail da Secretaria até às
606 20h00 da presente data. Seguiram-se comentários antes do encerramento do turno
607 matutino. A Sra. Elisabetta Recine fez algumas complementações sobre a ata da
608 cerimônia de posse, que era necessária a aprovação até o dia seguinte ao final da
609 atividade, para que fosse possível deflagrar alguns processos internos dentro da
610 Presidência da República, e informou sobre a elaboração de duas atas: uma Ata da posse
611 relativa à cerimônia no Palácio do Planalto, e a outra Ata da Plenária propriamente dita,

612 que ocorreu na tarde do dia 28 (vinte e oito), dia inteiro do dia 1º (primeiro), e na manhã
613 do dia 2 (dois) de março de 2023. Mencionou que essa ata ainda não estava pronta e
614 que seria enviada futuramente. Esclareceu que algumas pessoas mandaram mensagem
615 falando que perderam o prazo da inscrição para participar das comissões permanentes
616 desta tarde, informou que não era um problema e que quem se inscreveu já estava
617 alocado na comissão que escolheu. Complementou ainda que, quem não teve essa
618 oportunidade, que nesta data de hoje seria feita a alocação manual. Então, até às 14h30
619 seria feita uma apresentação do roteiro, e quem não pôde escolher seria encaminhado
620 diretamente para a comissão que escolheu. A Sra. Elisabetta Recine falou sobre o Comitê
621 Consultivo que a Sra. Solange Castro informou sobre o PNAE, que o documento que o
622 propôs tem a participação de diferentes organizações da sociedade civil inclusive muitas
623 que estão hoje representadas no Consea, e que esse pedido de designação de
624 representação foi enviado diretamente para a organização. Acrescentou que a
625 Secretaria analisou a lista de organizações disponíveis que podiam contribuir com o
626 PNAE, mas que não estavam como representantes lá enquanto organizações, e
627 identificou as organizações que estão no Consea e que poderiam contribuir com o
628 Comitê Gestor, e enviaram essas representações. A Presidenta do Consea informou,
629 também, que já haviam iniciado as reuniões de organização do Plano Plurianual, e que
630 elas têm uma dinâmica que é interna ao Governo, uma dinâmica de diálogo com a
631 sociedade civil, por isso que era tão importante configurar o GT de PPA e Orçamento. E,
632 além disso, seria comunicado em detalhes dentro da reunião da CPCE sobre uma etapa
633 estadual do PPA. Então, a Sra. Elisabetta Recine ressaltou que era importantíssimo que
634 os Conseas estaduais estivessem nesse processo, e com calendário para poderem incidir
635 da maneira mais efetiva na etapa de cada um dos seus estados. Afirmou que havia a
636 desatualização do website do Consea, e dessa forma algumas informações do Consea
637 estavam sendo veiculadas via site da Secretaria-Geral da Presidência da República.
638 Informou que estavam mobilizando esforços possíveis para ter pelo menos um
639 profissional de comunicação na equipe do Consea, para que pudesse fazer essa
640 retomada de comunicação por meio do website ou de outras mídias autorais. Encerrou
641 informando o e-mail do Consea para contato: seconsea@presidencia.gov.br, reenviou
642 todos os documentos e agradeceu pela reunião dessa manhã. **Ponto de Pauta:**
643 **Apresentação da síntese das CPs e CPCE.** Abertura e saudação da Presidenta do Consea,
644 Sra. Elisabetta Recine, que passou a palavra para a representante da Comissão
645 Permanente 1 (CP1), Conselheira Mariana Santarelli, da FIAN Brasil, para o relato dos
646 trabalhos da Comissão. A Sra. Mariana Santarelli relatou que a CP1 será coordenada por
647 ela e que a vice-coordenação estará a cargo do Conselheiro Irio Conti (especialista).
648 Informou que a escolha do relator foi adiada para próxima reunião. A Conselheira
649 informou que o nome escolhido para a CP é: “Sistema Nacional de Segurança Alimentar
650 e Nutricional, Monitoramento e Agenda Internacional de SAN”. A ementa adotada é a
651 seguinte: “Esta CP aborda os temas estruturais para a implementação e funcionamento
652 do Sisan, a partir da voz e participação ativa dos sujeitos de direito, tais como a
653 reconstrução e o fortalecimento da governança do sistema, participação e controle
654 social, co-financiamento, PPA e orçamento participativo, relações e pactuação
655 federativa, pactuação e articulação interpoderes, critérios de adesão ao sistema,
656 conflitos de interesse, relações interconselhos e intersistemas, com ênfase no SUS e
657 SUAS. Trabalhará de forma articulada com a CPCE e em cooperação com a CAISAN, de
658 modo a fortalecer a intersectorialidade, a gestão interfederativa, a participação social,

659 formação, informação e educação em segurança alimentar e nutricional para gestores,
660 profissionais, participantes do controle social e a elaboração do Plano Nacional de SAN.
661 Esta CP também será responsável pelo acompanhamento da agenda internacional,
662 articulando com demais CPs, a depender do tema, incluindo os macrodesafios como
663 pobreza, mudanças climáticas, sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, apoio a
664 iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional. Entram na
665 agenda temas em curso como Cúpula dos Sistemas Alimentares, espaços de atuação
666 internacional (CPLP, CSA) e monitoramento de acordos internacionais. Outros temas
667 relevantes para esta CP: mecanismos de exigibilidade no âmbito do Sisan (em
668 articulação com a CP-DHAA), monitoramento de indicadores de insegurança alimentar
669 no Sisan, com especial atenção a PCTs e Povos Indígenas, Orçamento Público de SAN. A
670 CP deverá trabalhar também os temas listados na seção "temas prioritários e
671 transversais a todas as CPs". As palavras-chave da CP são: Sisan, intersetorialidade,
672 governança, pactuação federativa, co-financiamento, macrodesafios e agenda
673 internacional. A Conselheira relatou ainda que a CP apresentará, na próxima Plenária,
674 proposta de criação de um Grupo de Trabalho do Consea sobre Agenda Internacional
675 em Segurança Alimentar e Nutricional. Na sequência, a representante da Comissão
676 Permanente 2 (CP2), a Conselheira Inês Rugani, da Associação Brasileira de Saúde
677 Coletiva (ABRASCO), relatou que a CP2 será coordenada por ela e que a vice-
678 coordenação estará a cargo da Conselheira Vanille Pessoa, da Associação Brasileira de
679 Nutrição – ASBRAN). Informou que o nome escolhido para a CP é “Ambientes
680 Alimentares, Alimentação Adequada e Saudável e Nutrição” e que a CP2 não indicou um
681 relator. Disse que a ementa adotada é a seguinte: “Esta CP abordará os temas das
682 agendas regulatória, fiscal e tributária com a perspectiva de apresentar recomendações
683 para que a reforma tributária e outras mudanças nas leis promovam saúde e bem-estar
684 e previnam doenças e mortes evitáveis, bem como aumentem a oferta e disponibilidade
685 de alimentos saudáveis nos termos do Guia Alimentar para População Brasileira e do
686 Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, e também criem tributos
687 sobre produtos que causam danos à saúde, como bebidas açucaradas e alimentos
688 ultraprocessados, assim como ao meio ambiente, como agrotóxicos e combustíveis
689 fósseis. Esta CP tratará de temas relacionados à promoção da alimentação adequada e
690 saudável, políticas públicas e medidas regulatórias para construção de ambientes e
691 entornos alimentares saudáveis (como as ações e medidas para monitoramento e
692 fiscalização, pela Anvisa e demais autoridades competentes, da implementação da nova
693 norma de rotulagem nutricional), os desfechos da alimentação na saúde coletiva, a
694 utilização dos Guias Alimentares supracitados como indutores de políticas públicas,
695 Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diferentes oportunidades e com diferentes
696 públicos, políticas públicas voltadas para a melhoria do estado nutricional da população
697 brasileira e organização da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS).
698 Debaterá sobre formas de alcançar mudanças na legislação e concentração de mercados
699 e incentivos às formas predatórias e violadoras de produção de alimentos, incluindo os
700 grandes projetos de energias renováveis e por justiça fiscal. Também abordará a
701 prevenção e controle de conflitos de interesse na definição e implementação de
702 políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, em diálogo com a CP1 e CP4.
703 Outros temas que orientarão os debates da CP são: sindemia global de desnutrição,
704 obesidade e mudanças climáticas e determinantes de todas as formas de má nutrição;
705 valorização da cultura alimentar em sua diversidade, promoção da alimentação

706 adequada e saudável, promoção do aleitamento materno e da alimentação
707 complementar adequada e saudável e infância. A CP deverá trabalhar também os temas
708 listados na seção ‘temas prioritários e transversais a todas as CPs’. As palavras-chave da
709 CP são: zoonose global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas; ambientes
710 alimentares; conflitos de interesse; agenda regulatória; todas as formas de má-nutrição;
711 aleitamento materno; alimentação adequada e saudável”. A representante da Comissão
712 Permanente 3 (CP3), Sra. Vanessa Schottz, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança
713 Alimentar e Nutricional (FBSSAN) passou, então, a relatar os trabalhos da Comissão.
714 Informou que a coordenação da Comissão será exercida por ela e que a vice-
715 coordenação estará a cargo da Conselheira Sandra Marli, do Movimento de Mulheres
716 Camponesas (MMC). Colocou que o nome adotado pela Comissão é “Produção,
717 Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável” e que a ementa de trabalho é a
718 seguinte: “Os temas a serem tratados nesta CP estão relacionados aos direitos
719 territoriais, produção e abastecimento de alimentos adequados e saudáveis e políticas
720 de acesso aos recursos renováveis. Temas convergentes como Zoonose Global de
721 desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, sistemas alimentares justos e
722 sustentáveis, crise climática, fomento e apoio à produção agroecológica no campo e na
723 cidade, e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Sobre direitos territoriais,
724 serão priorizados debates sobre terra e território, demarcações, titulações e
725 concessões. Serão debatidos também Reforma Agrária, inclusive questões como a
726 alimentação nos acampamentos, fomento à produção de alimentos, acesso a
727 tecnologias produtivas e a mercados (inclusive mercados institucionais) por assentados
728 e acampados da reforma agrária. Tratará de políticas de acesso à água, de forma a
729 reforçar a importância dessas políticas para região Nordeste, mas também a urgência
730 da expansão dessas políticas para outros territórios, além das questões relacionadas aos
731 impactos da mineração sobre os territórios e a água. Também tratará de políticas
732 públicas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, com olhar sobre
733 fomento, crédito e seguro agrícola; o apoio e assistência técnica à agricultura familiar; o
734 fortalecimento do Pronaf; o Plano Safra da Agricultura Familiar; a Política Nacional de
735 Assistência Técnica e Extensão Rural; o acesso de agricultores familiares a mercados; os
736 programas de compras institucionais da Agricultura Familiar, inclusive o PAA e o PNAE;
737 a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) em
738 diálogo com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO),
739 políticas de resgate e valorização das sementes crioulas, combate aos agrotóxicos e às
740 sementes transgênicas, dentre outras. Debater e propor formulações para uma Política
741 Nacional de Abastecimento como eixo articulador e promotor do diálogo com vários
742 temas e desafios dos sistemas alimentares justos, saudáveis e sustentáveis da produção
743 ao consumo, em diálogo com a Caisan. A CP deverá trabalhar também os temas listados
744 na seção ‘temas prioritários e transversais a todas as CPs’. As palavras-chave da CP são:
745 Produção, abastecimento, agricultura familiar e camponesa, produção orgânica e
746 agroecológica, direitos territoriais, acesso à água”. O relato dos trabalhos da Comissão
747 Permanente 4 (CP4) foi realizado pela Conselheira Daniela Frozi, da Rede Evangélica
748 Nacional de Ação Social (RENAS), escolhida para coordenar a Comissão. A Conselheira
749 informou que a vice-coordenação estará a cargo do Conselheiro Carlos Eduardo
750 Fernandes, da Rede Fale. Apontou que a Comissão não indicou relator e que a ementa
751 adotada foi a seguinte: “O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), suas
752 dimensões, princípios e mecanismos de exigibilidade têm sido historicamente tratados

753 no âmbito do Consea no sentido de incorporá-los nos processos de formulação e
754 implementação das políticas públicas. Esta CP, em articulação com outras instâncias de
755 proteção e promoção dos direitos humanos, em especial o Conselho Nacional de
756 Direitos Humanos (CNDH), pode contribuir com acompanhamento de denúncias e
757 monitoramento de violações relacionadas ao DHAA, em especial das violações de
758 direitos territoriais, geracionais (com ênfase na infância e juventude), étnicos-raciais, de
759 gênero, violações de direitos de refugiados e estrangeiros e do acesso à água. Especial
760 atenção deve ser dada às violações relacionadas à soberania alimentar e nutricional dos
761 povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades
762 alimentares especiais e segmentos sociais que se encontram em situação de
763 insegurança alimentar e nutricional (ex: pessoas em situação de rua, acampadas(os) da
764 reforma agrária, catadoras(res) de materiais recicláveis, crianças, adolescentes,
765 juventude e população idosa, entre outros). Cabe a esta CP debater e formular
766 recomendações ao Estado, inclusive ao Poder Legislativo e ao Sistema de Justiça para
767 respeitar, proteger, promover, prover, monitorar e avaliar a realização do DHAA. São
768 ainda temas desta Comissão a recomendação da criação de mecanismos de exigibilidade
769 no âmbito das políticas públicas; estratégias de formação em DHAA para o
770 empoderamento das(os) titulares deste direito, a prevenção e controle de conflitos de
771 interesse na formulação de marcos legais e políticas para garantia do DHAA. A agenda
772 da Comissão prevê a busca por formas de incluir e transversalizar o debate sobre o
773 direito humano à alimentação e à nutrição adequadas de crianças, adolescentes,
774 juventude e população idosa, segmentos vulnerabilizados da população, inclusive
775 refugiados emigrantes, LGBTQIA+ e população carcerária no Sisan. Além disso, nas
776 abordagens da promoção, proteção, apoio e reparação, e no contexto de ameaças e
777 graves retrocessos em relação ao DHAA é fundamental a abordagem de direitos
778 humanos, pautada nas normativas nacionais e internacionais e nas políticas públicas,
779 bem como o permanente diálogo entre a sociedade civil e o Poder Público, para a
780 exigibilidade do DHAA, incidindo nos âmbitos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário
781 e do Sistema de Justiça, nacional e internacionalmente. A CP deverá trabalhar também
782 os temas listados na seção ‘temas prioritários e transversais a todas as CPs’. As palavras
783 chaves da CP são: Direito humano à alimentação adequada, pobreza, insegurança
784 alimentar e nutricional, iniquidades dos sistemas alimentares, justiça alimentar,
785 violações dos direitos humanos, exigibilidade de direitos humanos”. O representante da
786 Comissão Permanente 5 (CP5), Conselheiro Edgard Moura, da Agentes de Pastoral
787 Negra, apresentou à Plenária a proposta de dividir a Comissão Permanente em duas:
788 uma para tratar da soberania e segurança alimentar e nutricional da população negra e
789 enfrentamento aos racismos, e outra para tratar da soberania e segurança alimentar e
790 nutricional dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Presidenta do Consea franqueou a
791 palavra à Plenária para manifestações sobre a proposta. A Conselheira Regina Nogueira
792 (Kota Mulangi), do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN),
793 manifestou-se favoravelmente e argumentou que se trata de uma demanda recorrente
794 das representações dos Povos e Comunidades Tradicionais do Consea por um espaço de
795 concertação entre Governo e sociedade civil sobre questões e pautas singulares desse
796 segmento populacional. A Conselheira Renata Menache, especialista, questionou se a
797 divisão da CP em duas não ocasionaria um esvaziamento das duas novas Comissões, ao
798 que a Secretaria-Executiva do Consea respondeu que, se confirmada a divisão, a
799 Comissão Permanente dedicada a SSAN da população negra e enfrentamento do

800 racismo teria apenas um conselheiro titular. Deste modo, não havendo outros inscritos,
801 a Presidenta do Consea submeteu a proposta à apreciação da Plenária, que a aprovou
802 por aclamação. Ficou definido, então, que o nome da CP5 é: “Soberania e Segurança
803 Alimentar e Nutricional da População Negra e Enfrentamento ao Racismo”. Foi colocado
804 que a coordenação da CP5 ficou a cargo do Conselheiro Edgard Moura, da Agentes de
805 Pastoral Negra, e a vice-coordenação da Comissão ficou vacante, visto que, nos termos
806 do Regimento Interno do Consea, tal função deve ser exercida por conselheiros titulares
807 da sociedade civil, e nenhum outro conselheiro titular da sociedade civil aderiu à
808 Comissão. Colocou que a Comissão não indicou relatores e que a ementa da CP5 é a
809 seguinte: “Esta comissão terá como escopo dos seus debates as iniquidades de raça nas
810 políticas públicas e no sistema alimentar, a discriminação étnico-racial, a erradicação do
811 racismo, a superação dos mecanismos de racismo estrutural, institucional e ambiental e
812 a promoção da igualdade e justiça racial, a partir do olhar da população negra e o
813 enfrentamento ao racismo. Tratará da soberania, da segurança alimentar e nutricional
814 e do Direito Humano à Alimentação Adequada da população negra. A CP5 levará em
815 conta os recortes de etnia, raça, gênero, idade, orientação sexual e atividades laborais,
816 entre outros, como a relação campo e cidade, bem como a relação entre esses em cada
817 comunidade ou povo, de modo a não desprezar, ou negligenciar as diferenças dos
818 mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer
819 relação de desigualdade. Propor mecanismos que assegurem o acesso efetivo às
820 políticas públicas da população negra e como se dá a forma de enfrentamento ao
821 racismo e o alcance da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional desta população.
822 A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção “temas prioritários e
823 transversais a todas as CPs. As palavras-chave da CP são: População negra, direitos
824 territoriais e patrimoniais, segurança alimentar e nutricional, cultura alimentar, racismo
825 estrutural, institucional e ambiental”. Atribuiu-se, então, o número 7 à Comissão
826 Permanente criada a partir da cisão da CP5. Assim, o nome definido para Comissão
827 Permanente foi: “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos e
828 Comunidades Tradicionais”. Colocou-se que a coordenação da CP7 ficou a cargo da
829 Conselheira Regina Nogueira (Kota Mulangi), do Fórum Brasileiro de Soberania e
830 Segurança Alimentar (FBSSAN), e a vice-coordenação a cargo do Conselheiro Antônio
831 Adevaldo, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, com a seguinte ementa
832 da CP: “Esta comissão terá como escopo dos seus debates as iniquidades de raça nas
833 políticas públicas e no sistema alimentar, a discriminação étnico-racial, a erradicação do
834 racismo, a superação dos mecanismos de racismo estrutural, institucional e ambiental e
835 a promoção da igualdade e justiça racial a partir do olhar dos povos e comunidades
836 tradicionais e sua ciência e forma de combater estas iniquidades. Tratará da soberania,
837 da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada dos
838 povos e comunidades tradicionais (PCTs), priorizando temas relacionados aos direitos
839 territoriais e patrimoniais, terra e território; demarcações, titulação e concessão e
840 reforma agrária, cultura alimentar e práticas alimentares tradicionais, políticas públicas
841 e racismo estrutural, institucional e ambiental, biodiversidade, etnodesenvolvimento e
842 inclusão produtiva. Esta CP7 incluirá nos seus debates o reconhecimento, a valorização
843 e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades
844 tradicionais. Terá como debate a soberania e segurança alimentar e nutricional de Povos
845 e Comunidade Tradicionais nos termos dos Decreto 6.040/2007 e Decreto nº
846 8.750/2016. Tratará, também, do monitoramento e aprimoramento de políticas e

847 programas tais como PAA e PNAE entre outros, propondo mecanismos que assegurem
848 o acesso efetivo dos povos e comunidades tradicionais às políticas públicas. A CP deverá
849 trabalhar também os temas listados na seção ‘temas prioritários e transversais a todas
850 as CPs’. As palavras-chave da CP são: Povos e Comunidades Tradicionais, direitos
851 territoriais e patrimoniais, violações de direitos, cultura alimentar, gestão ambiental e
852 territorial, saúde, modos de vida, alimentação escolar, provimento de alimentos”.
853 Colocou-se que a Comissão Permanente número 6 (CP6) não se reuniu em razão da
854 impossibilidade de seus membros de participar da Plenária. Contudo, o Plenário
855 aprovou, em caráter provisório, o seguinte título para a Comissão: “Soberania e
856 Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas”, e aprovou também a seguinte
857 ementa provisória: “Esta Comissão terá como pauta debater a situação de emergência
858 alimentar e violações de direitos dos Povos Indígenas, após anos de desmonte das
859 instituições e políticas públicas. Deverá debater e propor o monitoramento da situação
860 de insegurança alimentar e nutricional das etnias em maior vulnerabilidade tais como o
861 povo Yanomami (impactados pela invasão das terras indígenas pelo garimpo,
862 contaminação dos rios e apresentando altas taxas de mortalidade e morbidade,
863 desnutrição infantil e adulta e mortalidade infantil). Discutir prioridades para o
864 provimento alimentar e ações emergenciais e estruturantes para o Povo Guarani-
865 Kaiowá, sem desconsiderar outros povos em situação de emergência. A comissão tem
866 por objetivo discutir, monitorar, avaliar e propor políticas públicas de soberania e
867 segurança alimentar e nutricional a partir da perspectiva dos povos indígenas como
868 sujeitos de direitos e articular mecanismos que assegurem o acesso efetivo dos povos
869 indígenas às políticas públicas. O Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos
870 indígenas é indissociável do direito à terra e ao território. Sua agenda abrangerá temas
871 como os direitos territoriais e patrimoniais, o conhecimento tradicional, o acesso à água,
872 a cultura alimentar, os programas de transferência de renda e de distribuição de
873 alimentos, a alimentação escolar, a gestão ambiental e territorial, a sustentabilidade, o
874 resgate de sementes tradicionais e fomento à formação e bancos de sementes in situ
875 nos territórios, a produção sustentável de alimentos, o fomento e a assistência técnica
876 e extensão rural indígena, a saúde indígena, a proteção e promoção dos direitos dos
877 povos indígenas em geral e em face às mudanças do clima, os impactos da mineração e
878 das grandes obras de infraestrutura, entre outros. Considerar as especificidades das
879 práticas de produção de alimentos de cada bioma. Além do monitoramento das ações,
880 projetos, programas e políticas sob a perspectiva da intersetorialidade executados pelo
881 Poder Executivo, a CP6 irá monitorar, no âmbito do Poder Legislativo, a tramitação de
882 Projetos de Lei e de Emendas Constitucionais afetos aos temas supracitados e os
883 processos judiciais relacionados à regularização de terras indígenas junto ao Poder
884 Judiciário. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção ‘temas prioritários
885 e transversais a todas as CPs’. As palavras-chave da CP são: Povos indígenas, direitos
886 territoriais e patrimoniais, violações de direitos, cultura alimentar, gestão ambiental e
887 territorial, saúde, modos de vida, alimentação escolar, provimento de alimentos”.
888 Definiu-se, ainda, o Conselheiro Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado Tapeba),
889 da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES – APOINME, como
890 coordenador interino da Comissão. A Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais
891 de Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE) indicou como Coordenador o Sr. Jean
892 Pierre Tertuliano Câmara. Nos termos do inciso VI, Art. 2º do Decreto nº 6.272 e do inciso
893 II do §3º do Art. 9º do Regimento Interno do Consea, a Coordenação da CPCE deve ser

894 exercida por Presidente de um Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.
895 Cabe registrar que o Sr. Jean Pierre, indicado pela CPCE para coordenação da Comissão,
896 não exercia na data desta reunião Plenária a Presidência de Consea Estadual, mas sim
897 era membro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte.
898 A Secretaria-Executiva e o Plenário do Consea desconheciam essa informação. Registre-
899 se, igualmente, que a coordenação da CPCE tem natureza colegiada e, regimentalmente,
900 deve ser composta por um coordenador e dois vice-coordenadores. Contudo, os
901 membros da Comissão indicaram apenas o coordenador, ficando vacante as duas vice-
902 coordenações. **Ponto de Pauta: Encerramento.** Como resultado dos trabalhos dessa
903 sessão plenária, 01 (uma) Resolução e 02 (duas) Recomendações foram lidas, debatidas
904 e aprovadas, a saber: Resolução nº 2/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a definição do
905 processo de composição de observadores do Conselho Nacional de Segurança Alimentar
906 e Nutricional da Presidência da República; Recomendação nº 3/2023/CONSEA/SG/PR –
907 sobre o reconhecimento da “Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos
908 Camponeses, das Camponesas e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais”;
909 Recomendação nº 4/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a proposição e o empenho do
910 Governo brasileiro na realização da reunião do Conselho de Segurança Alimentar e
911 Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP) antes da
912 Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, prevista para o início do segundo
913 semestre de 2023. Encerrada a Plenária, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-
914 Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.